



SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 28 DE MAIO DE 2015

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.278 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Santa Terezinha (MS) (Código OACI: SISX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.062773/2015-10.

Nº 1.279 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Pousada Thaimaçú (PA) (Código OACI: SNFJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 11 de março de 2024. Processo nº 00065.065521/2015-42. Fica revogada a Portaria nº 568, de 10 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2014, Seção 1, página 2.

Nº 1.280 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Rio Quente Resorts (GO) (Código OACI: SWTQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.050686/2015-10.

Nº 1.281 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda América (MT) (Código OACI: SWZM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.166372/2014-57.

Nº 1.282 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Cachoeira (MS) (Código OACI: SWQX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.065303/2015-16.

Nº 1.283 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Brejon (MS) (Código OACI: SSJJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.065342/2015-13.

Nº 1.284 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Jaguaré (PA) (Código OACI: SNAJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 14 de março de 2022. Processo nº 00065.065793/2015-42. Fica revogada a Portaria nº 458, de 13 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2012, Seção 1, página 1.

Nº 1.285 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Progresso (BA) (Código OACI: SSFW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.013216/2015-75.

Nº 1.286 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda São João, que passa a se chamar Fazenda Vera Lúcia (MS) (Código OACI: SJBT), no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.166772/2014-62.

Nº 1.287 - Inscrever o aeródromo privado Retiro Santo Antônio da Fazenda Triunfo (MS) (Código OACI: SIXX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.066315/2015-50.

Nº 1.288 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Carandá (MS) (Código OACI: SJDW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.066217/2015-12.

Nº 1.289 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Água Preta (MT) (Código OACI: SIPG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.066811/2015-11.

Nº 1.290 - Alterar e renovar a inscrição do heliponto privado Nannai Beach Resort, que passa a se chamar Nannai Resort e Spa (PE) (Código OACI: SIHZ), no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.063055/2015-61.

Nº 1.291 - Alterar a inscrição do heliponto privado Ilha dos Coqueiros (RJ) (Código OACI: SSSL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 5 de outubro de 2021. Processo nº 00065.065934/2015-27. Fica revogada a Portaria nº 1916, de 4 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2011, Seção 1, página 4.

Nº 1.292 - Inscrever o heliponto privado Cananéia (SP) (Código OACI: SNNJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.063209/2015-14.

Nº 1.293 - Inscrever o heliponto privado Fazenda Barreiros (SP) (Código OACI: SIWW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.065017/2015-42.

Nº 1.294 - Alterar a inscrição do heliponto privado Graciosa (PR) (Código OACI: SDRG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 8 de dezembro de 2020. Processo nº 00065.048171/2015-50. Fica revogada a Portaria nº 2199, de 7 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2010, Seção 1, página 7.

Nº 1.295 - Inscrever o heliponto privado Green Metals (MG) (Código OACI: SNKG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.065843/2015-91.

Nº 1.296 - Inscrever o heliponto privado Baltt (SC) (Código OACI: SNTJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.042610/2015-11.

Nº 1.297 - Inscrever o heliponto privado Baltt (SC) (Código OACI: SJET) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.042588/2015-17.

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.298 - Homologar o heliponto em plataforma privado Bar Protector (RJ) (Código OACI:9PIO). Esta Portaria será válida até 19 de janeiro de 2018. Processo nº 00065.064932/2015-11. Fica revogada a Portaria nº 442, de 19 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 3.

Nº 1.299 - Alterar a homologação do heliponto em navio privado SEVEN WAVES (RJ) (Código OACI:9PIH). Processo nº 63012.004372/2014-08. Fica revogada a Portaria nº 1678, de 23 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2014, Seção 1, página 5.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS  
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIAS DE 28 DE MAIO DE 2015

**O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS**, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 670, de 19 de março de 2015, e nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67), com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.275 - Revalidar o credenciamento do médico Marcos Augusto Valarini - CRM PR 7501 - MC009, com validade até 16/08/2018, para a realização de exames de saúde pericial, no endereço: Rua Alvarenga Peixoto, 392, Lago Parque - Londrina - PR, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes. Processo nº 00065.171935/2014-29.

Nº 1.276 - Revalidar o credenciamento da AEROMÉDICA Serviços Médicos Ltda., CNPJ nº 13.920.057/0001-50, CRM-PR 5383, situada à Rua Alvarenga Peixoto, 392, Lago Parque - Londrina - PR, com validade até 16 de agosto de 2018, para a realização de exames de saúde pericial para fins de emissão de CMA de 1ª, 2ª e 4ª classes, em conformidade com a legislação em vigor. Processo nº 00065.171932/2014-95.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislaca](http://www.anac.gov.br/legislaca).

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 28 DE MAIO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, INTERINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, resolve:

Art. 1º Revogar as Instruções Normativas SDA/MAPA nºs 53 e 18, de 2 de julho de 2003, e de 13 de maio de 2008, respectivamente, tendo em vista a Instrução Normativa nº 4, de 4 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 9 subsequente, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EMILIA JABER

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 28 DE MAIO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, no Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, no Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, e o que consta do Processo nº 21000.008413/2014-16, resolve:

Art. 1º Incorporar ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos zoossanitários adicionais dos Estados Partes para a importação de sêmen e embriões de ruminantes com relação à doença de Schmallenberg" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL Nº 45/14, que constam como anexo desta Instrução Normativa.

Art. 2º Revogar a Instrução Normativa MAPA nº 10, de 5 de março de 2013. Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EMILIA JABER

ANEXO

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 45/14  
REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS ADICIONAIS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN E EMBRIÕES DE RUMINANTES COM RELAÇÃO À DOENÇA DE SCHMALLEMBERG

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Decisão nº 06/96 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a doença de Schmallenberg difundiu-se rapidamente por distintos países da Europa e que não há registros da enfermidade nos Estados Partes.

Que não há evidência científica suficiente que permita excluir o risco de transmissão do vírus por meio de sêmen e embriões de ruminantes.

Que é necessário adotar medidas preventivas, com respaldo no Artigo 5º do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio.

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os "Requisitos zoossanitários adicionais dos Estados Partes para a importação de sêmen e embriões de ruminantes com relação à doença de Schmallenberg", que constam como Anexo e fazem parte da presente Resolução.

Art. 2º - Os Estados Partes indicarão no âmbito do SGT Nº 8 os organismos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 31/V/2015.

XCVI GMC - Buenos Aires, 27/XI/14

ANEXO

REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS ADICIONAIS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN E EMBRIÕES DE RUMINANTES COM RELAÇÃO À DOENÇA DE SCHMALLEMBERG

CAPÍTULO I

DA IMPORTAÇÃO DE SÊMEN DE RUMINANTES

Art. 1º - Para importação de sêmen de ruminantes pelos Estados Partes, os seguintes requisitos zoossanitários deverão ser certificados pelo país de origem, no que se refere à doença de Schmallenberg:

I) o sêmen a ser exportado deverá ser originário de país que nunca registrou casos da doença de Schmallenberg;

ou,

II) o sêmen a ser exportado deverá ter sido coletado antes de 1º de junho de 2011;

ou,

III) não deverão ter sido registrados casos da doença de Schmallenberg em centro de inseminação artificial, no lapso de tempo transcorrido entre os trinta (30) dias prévios à coleta do sêmen e os trinta (30) dias posteriores à última coleta do sêmen a ser exportado;

e,

os doadores do sêmen a ser exportado deverão ter resultados negativos a dois testes sorológicos recomendados pela Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE), sendo o primeiro efetuado sobre uma amostra tomada no dia da primeira coleta do sêmen a exportar, ou dentro dos trinta (30) dias anteriores, e o segundo efetuado sobre uma amostra tomada entre vinte e um (21) e sessenta (60) dias posteriores à última coleta do sêmen a exportar.

CAPÍTULO II

DA IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES DE RUMINANTES

Art. 2º - Para importação de embriões de ruminantes pelos Estados Partes, os seguintes requisitos zoossanitários deverão ser certificados pelo país de origem, no que se refere à doença de Schmallenberg:

I) os embriões a serem exportados deverão ser originários de um país que nunca registrou casos da doença de Schmallenberg;

ou,

II) os embriões a serem exportados deverão ter sido coletados antes de 1º de junho de 2011;

ou,

III) não deverão ter sido registrados casos da doença de Schmallenberg nos animais residentes do estabelecimento de origem e/ou coleta, no lapso de tempo transcorrido entre os trinta (30) dias prévios à coleta dos embriões e os trinta (30) dias posteriores à última coleta de embriões a serem exportados;